

Centros de inteligência impulsionam atuação estratégica da Justiça

Diante do cenário de crescente aumento dos processos que chegam à Justiça, a inovação é um dos caminhos a serem usados para agilizar as respostas à sociedade. A observação foi feita pela coordenadora do Laboratório de Inovação e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, conselheira **Daniela Madeira**, na abertura do **I Encontro Nacional da Rede de Inteligência do Poder Judiciário**, na sede do **Conselho Nacional de Justiça**, em Brasília.

A conselheira abriu o evento com um panorama sobre inovação judicial e litigância abusiva no país. O encontro tem como objetivo estruturar e fortalecer a rede a partir da troca de experiências voltadas à prevenção de conflitos, ao monitoramento de demandas, à gestão de precedentes e às ferramentas tecnológicas para o trabalho integrado.

As demandas em excesso, as causas repetitivas e as atuações abusivas e fraudulentas são alguns dos desafios que a Justiça enfrenta na entrega de respostas equânimes aos conflitos. Madeira lembrou que atualmente o Judiciário tem 82 milhões de processos em tramitação, apesar de também haver aumento na taxa de produtividade dos juízes (quase 7%).

“Há dois anos, a demanda vem crescendo e a produtividade também cresce. Como resolver isso? São várias as causas e múltiplos os atores. Não há solução fácil. O nosso papel é inovar naquilo que nos compete. Tentar uma comunicação com o jurisdicionado melhor, por exemplo, plataformas de conciliação, Núcleos de Justiça 4.0, entre outros”, enumerou a coordenadora do Liods/CNJ.

Ela mencionou nota técnica produzida por juízes federais do Centro de Inteligência da Justiça Federal do Rio Grande do Norte sobre a análise de processos relacionados aos descontos indevidos no INSS, nos casos de mensalidades associativas. O Centro de Inteligência identificou um aumento expressivo no número de ações sobre o tema, com mais de 12 mil processos em um período de dois anos, que buscavam cancelamento, ressarcimento ou indenização por esses descontos. O CNJ reconheceu e disseminou a nota, encaminhando-a para Centros de Inteligência de todo o Brasil.

“Começaram a verificar que, quando eles citavam, a maioria das associações não comparecia ou enviava prepostos com total desconhecimento sobre o tema para participarem das audiências. Ao estabelecer o fluxo, conseguiram ver realmente que o tipo de demanda era abusiva”, explicou a conselheira.

Diálogo e gestão processual

Além de monitorar as demandas judiciais, os centros atuam como um espaço estratégico de diálogo em relação às demandas de alta complexidade. O vice-presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, desembargador **Roberval Casimiro Belinati**, presidente do Centro de Inteligência do tribunal do DF, afirmou que o trabalho dessas unidades é primordial para a gestão de litígios.

O magistrado citou casos envolvendo a saúde pública, em que a atuação coordenada dos centros permitiu a identificação de padrões de judicialização. Segundo Belinati, o Centro de Inteligência está alinhado ao princípio constitucional da eficiência, dedicando-se à realização de estudos aprofundados sobre temas jurídicos, controversos, estratégicos e repetitivos.

“O trabalho do Centro se materializa na emissão de notas técnicas que não são vinculantes, mas servem para orientar o trabalho dos nossos magistrados e aprimorar a prestação jurisdicional”, disse. Desde a sua instalação, há cinco anos, o centro de inteligência do TJ-DF já emitiu 15 notas técnicas em diversas áreas do Direito.

Já a juíza federal do **Tribunal Regional Federal da 6ª Região Vânia Cardoso Andrade** fez um apanhado da trajetória da criação dos centros de inteligência, que, segundo ela, desenvolvem ações regidas por princípios universais naturais ao





buscarem a origem dos conflitos para encontrar as melhores soluções. Ela lembrou que, pouco antes da pandemia de Covid-19 suspender as atividades presenciais da Justiça, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados sediou curso de prevenção de conflitos e de gerenciamento de precedentes.

“A partir de então, juízes e juízas levaram aos seus tribunais essa metodologia de trabalho para que os conflitos pudessem ser solucionados ou prevenidos em um espaço colaborativo inclusivo, de diálogo entre pessoas de diversas instituições e instâncias hierárquicas. As inteligências unidas em um objetivo comum geram sabedoria”, afirmou Vânia.

Também participaram da abertura do evento: o conselheiro **Rodrigo Badaró**; o presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, **Caio Castagne Marinho**; a diretora de prerrogativas e assuntos jurídicos da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, juíza **Patrícia Pereira de Santana**; e **Carlos Vinícius Alves Ribeiro**, secretário-geral do Conselho Nacional do Ministério Público. *Com informações da assessoria de imprensa do CNJ.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-jul-01/centros-de-inteligencia-impulsionam-atuacao-estrategica-da-justica/>